



**6º Encontro Internacional de Política Social**  
**13º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl  
Marx para pensar a crise do capitalismo  
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

---

**Eixo: Fundamentos teóricos da política social.**

**CRISE CAPITALISTA, NEOLIBERALISMO E “QUESTÃO SOCIAL”:  
EXPRESSÕES DE UMA RELAÇÃO CONSTANTEMENTE REINVENTADA**

**Paloma Rávylla de Miranda Lima<sup>1</sup>**  
**Jordeana Davi Pereira<sup>2</sup>**

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo apresentar uma discussão sobre a crise do capital, particularmente o debate acerca da ofensiva neoliberal e como a mesma tem repercutido no rearranjo conceitual da “questão social”. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico pela qual, por meio de aproximações sucessivas, foram efetivadas sínteses que trazem como alguns resultados a compreensão tanto das formas ideais e estratégicas de como tal ofensiva se implementa nas dimensões espaço-temporais, e como a mesma também é reinventada, de modo que se sujeite ao seu domínio as formas ideias e práticas de enfrentamento à “questão social”, dentre elas, destacamos as considerações acerca de uma pretensa “nova” pobreza imposta pela “sociedade de risco”.

**Palavras-chave:** Crise do capital; Neoliberalismo; Social-liberalismo; “Questão social”; Risco social.

**Capitalist crisis, neoliberalism and “social question”: expressions of a constantly  
reinvented relation**

**Abstract:** The present article has as objective to present a certain discussion regarding the capitalist crisis, particularly the debate around the neoliberal offensive, and how the same has reverberated in the conceptual rearranging of the “social question”. To do such, a bibliographic qualitative research was made, through which, by means of successive approximations, synthesis were reached, bringing as results the comprehension of ideal forms and strategies about how such offensive is implemented in the in both spatial and temporal and how the same offensive is also reinvented, in ways that the ideal forms and practices of the confrontation to the “social question” are subject to its domain, among them, considerations regarding a pretense “new” poverty imposed by the “society of risk” are underlined.

**Keywords:** capitalist crisis; neoliberalism; social-liberalism; “social question”; social risk.

## **1. Introdução**

O presente artigo, desenvolvido para o 6º Encontro Internacional de Política Social e o 13º Nacional de Política Social, tem como objetivo apresentar uma síntese, realizada por meio de aproximações sucessivas, sobre alguns determinantes históricos da crise do capital, destacando sobretudo o debate acerca da ofensiva neoliberal e como a

---

<sup>1</sup> Mestre em Serviço Social e professora do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Serra Talhada. E-mail: <paloma\_rml@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social e professora do Departamento de Serviço Social e da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, Coordenadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS). E-mail: <jordeana.pb.010@uol.com.br>.

mesma tem repercutido sobre a “questão social”<sup>1</sup>, de modo a sujeitar ao seu domínio às formas ideias e práticas de enfrentamento à “questão social” e assim fortalecer as contrarreformas seletivas e focalistas das políticas sociais.

Para tanto, o estudo foi realizado por meio aproximações sucessivas ao material bibliográfico. O mesmo se justifica na medida em que se faz necessária – sobretudo na quadra histórica atual de avanço conservador – retomar a discussão sobre a crise do capital, ancorada teoricamente naquilo que a tradição crítica tem há décadas elaborado, de modo a contribuir com a configuração pela qual são interpretadas suas mediações históricas e conjunturais, e assim enfatizar o seu cunho umbilicalmente relacionado ao projeto de classe burguês.

Desse modo, a exposição de tal artigo se fará através de um preâmbulo sobre a crise do capital; em seguida, destaca-se a discussão sobre uma das suas principais estratégias: a ofensiva neoliberal; para, por fim, efetivar algumas mediações de como tal ofensiva tem repercutido no rearranjo conceitual das políticas sociais, enfatizando a discussão sobre o “risco social”.

## **2 Determinantes da crise estrutural do capital e suas inflexões para a “questão social”**

Dentre os fenômenos intrínsecos ao Modo de Produção tipicamente capitalista – tal qual destaca-se a própria “questão social” –, as crises<sup>2</sup> cíclicas são constitutivas da sua dinâmica de reprodução (suscitadas a partir da superprodução de mercadorias que barram a própria expansão do capital) e, antes de anteciparem um fim ao capitalismo, elas apresentam as tendências de uma nova fase mais complexa da acumulação do capital que busca superá-las por meio de movimentos restauradores. Nela

[...] eclode uma epidemia social que teria parecido um contrassenso a todas as épocas anteriores: a epidemia da superprodução... As forças produtivas de que

---

<sup>1</sup> Enfatizamos que, ao longo de todo o artigo, assim como no título, aludiremos a expressão “questão social” sempre por meio da utilização das aspas, para situar a nossa concepção consoante aqueles que a concebem como fruto das determinações antagônicas que produzem as desigualdades sociais no capitalismo.

<sup>2</sup> Assinala-se que o importante fenômeno das crises capitalistas, sobretudo as econômicas, é investigado por vasta literatura no âmbito das ciências sociais, pelo qual seria inconveniente, e até mesmo ultrapassaria os objetivos propostos por este item, realizar uma análise exaustiva das perspectivas teóricas que circundam seu trato. Limitaremos-nos a resgatar, como escolha teórico-metodológica, seus elementos essenciais a partir das contribuições realizadas por reconhecidos especialistas do campo da teoria social crítica expostos ao longo do texto.

dispõe já não servem para promover a civilização burguesa e as relações de propriedade burguesas; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas relações, e são por elas entravadas... As relações burguesas tornaram-se estreitas demais para conterem a riqueza que produziram. – Como a burguesia supera as crises? De uma parte, pelo aniquilamento forçado de um enorme contingente de forças produtivas; de outra, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais acirrada dos antigos. Por intermédio de quê? Preparando crises mais extensas e mais violentas e reduzindo os meios para preveni-las (MARX; ENGELS, 2010, p.33-34).

A crise na qual o mundo capitalista adentrou a partir da década de 1970<sup>1</sup> também faz parte do *rol* das grandes crises enfrentadas pelo capitalismo, no entanto, mais do que elementos de continuidade às crises anteriores, esta apresenta um conteúdo diferenciado: ela não apenas inaugura um novo regime de acumulação (flexível/espoliativo), expresso pelo amadurecimento das tendências do capitalismo (tardio), como também articula uma reconfiguração das formas de dominação nas variadas esferas da vida social (novo imperialismo) e tem um caráter estrutural.

Mészáros (2011) afirma que o ocaso de tal crise inaugura um novo estágio do desenvolvimento capitalista, que é caracterizado pela incapacidade dessa sociabilidade produzir/reproduzir de modo criador, pois o desenvolvimento das forças produtivas atingiu um grau de maturidade tão avançado que o capital – como sistema de reprodução sociometabólica –, na incontrolabilidade das suas tendências expansionistas, tem ativado seus limites absolutos.

Assim sendo, as personificações do capital têm desenvolvido estratégias de modo a retomar tanto as taxas de lucro ascendentes, como as experimentadas no período do pacto fordista/keynesiano, como também consolidar o seu projeto de classe sem deixar arestas para projetos societários alternativos<sup>2</sup>.

As estratégias do capital para recompor suas taxas de acumulação perpassam uma série de transformações que vão desde o mundo do trabalho, seja através da reestruturação

---

<sup>1</sup> Alguns autores como Netto (2011) e Castelo (2013) afirmam que os movimentos político-culturais de Maio de 68 – com suas pautas antibélicas e a incorporação de demandas para além dos conflitos mais imediatos da relação capital/trabalho (relacionadas a crítica à cultura do consumo, a revolução sexual, ao feminismo, ao meio ambiente e as pautas identitárias, tais como as relações étnico-raciais, entre outras) – e as disputas geopolíticas anti-imperialistas nos países do chamado “Terceiro Mundo”, anteciparam a crise de hegemonia do capitalismo antes mesmo da deflagração dos detonadores (crise do padrão ouro-dólar em 1971 e do petróleo em 1973) do que viria a constituir também em uma crise econômica.

<sup>2</sup> Possibilidade também aberta com o fim do chamado “socialismo real”, que incidiu pungentemente nas formas ideais e práticas de como se expressam as lutas de classes, e a partir do qual foram levantadas as famigeradas teses sobre a perpetuidade do modo de produção capitalista.

produtiva, como explicou Antunes (2009), às novas formas de dominância espaço-temporal (HARVEY, 2005) e a mundialização financeira (CHESNAIS, 2005).

À tais estratégias, acrescenta-se também outra resposta do capital à sua crise: a ofensiva neoliberal<sup>1</sup>. Intrinsecamente concatenada com a reestruturação produtiva e a financeirização da economia, esta ofensiva surge para dar uma base no plano ideal e às estratégias no plano prático que deem conta de estabelecer a hegemonia burguesa em todos os âmbitos da vida social.

Trata-se de uma ofensiva de caráter planetarizado em que é resgatada como possibilidade ideoteórica para justificar a ordem, e difundida como estratégia no plano político-econômico para manter a hegemonia burguesa em tempos de crise – embora não haja, necessariamente, uma identidade do ponto de vista ideal e do ponto de vista prático desta ofensiva.

No plano das ideias, o neoliberalismo tem sua gênese no pós-Segunda Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo, e se trata de uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar (ANDERSON, 1995). Seus principais ideólogos são Hayek, com sua obra “Os Caminhos da Servidão” que inaugura esta corrente; Ludwig Von Mises; Milton Friedman; Karl Popper; entre outros, que “[...] destacaram as raízes teóricas desta corrente no pensamento econômico neoclássico” (KATZ, 2016, p. 79).

O neoliberalismo surge como uma crítica daquilo que considerava uma atuação exacerbada do Estado na vida social e econômica, sobretudo porque é nesse período do pós-Segunda Guerra Mundial que se desenvolve, com maior fôlego, o capitalismo dos monopólios e a consequente ampliação das funções do Estado nos países centrais – seja nas políticas sociais e econômicas de pleno emprego do Keynesianismo, como na forte pressão política dos sindicatos.

Durante os “anos dourados” do capitalismo – reconhecidos pelos índices econômicos ascendentes devido às altas taxas de lucro e baixo desemprego experimentados pelos países centrais por quase 30 anos –, tais ideias não ganharam força suficiente para hegemonizar o debate e as estratégias de atuação no âmbito do Estado e

---

<sup>1</sup> Compreendemos que a ofensiva neoliberal se trata de uma problemática permeada de polêmicas e dissensões das quais não é nossa pretensão – como também foge dos objetivos do presente artigo – abordá-las de forma exaustiva.

da sociedade, pois, objetivamente se tratava de implementar políticas econômicas exatamente opostas às implementadas naquele período.

Baseada nas ideias do livre mercado/livre iniciativa que origina a teoria econômica clássica, o neoliberalismo prega que o Estado deve se afastar ao máximo da regulação econômica, pois, somente através da atuação livre dos mercados que, naturalmente, alcançar-se-ia o bem-estar social na qual os indivíduos poderiam atuar com plena liberdade para realizar suas escolhas. O neoliberalismo propõe:

[...] manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos (ANDERSON, 1995, p.11).

Conforme Castelo (2008, p. 23) “[...] o neoliberalismo fortaleceu-se quando deixou de ser uma referência ideológica para um grupo restrito de intelectuais – a sociedade de Mont Peàrin – e ganhou uma base material nas políticas de governos do mundo ocidental”. A hegemonia deste programa levou cerca de uma década para se consolidar (anos 1970) mundialmente, e ao atuar em sintonia com a reestruturação produtiva e a mundialização financeira, tem determinado as estratégias (ideais e concretas) de consolidação da hegemonia burguesa na cena contemporânea.

Para tanto, a partir da crise de 1970, esse programa passa a ser considerado como uma estratégia político-ideológica, ao argumentar que os sindicatos dispunham de poder excessivo e que foi o “[...] movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais” (ANDERSON, 1995, p.10).

A ofensiva impunha a responsabilidade da crise para o Estado social que, segundo seus defensores, gastava mais do que arrecadava e ainda assim era “ineficiente”, dada a alta burocratização imposta para operacionalizar os serviços sociais que compunha o arcabouço keynesiano. Neste sentido, para os neoliberais a crise seria de natureza fiscal e, portanto, seria necessária uma série de reformas que enxugasse tais gastos e tornasse o Estado eficiente/focalizado e complementar à atuação do mercado.

As reformas propostas se dariam, principalmente, na redução de impostos sobre os rendimentos mais altos – comum entre os países onde se desenvolveu o Estado social

capitalista –, nas privatizações e na desregulamentação do trabalho preconizada pela reestruturação produtiva. Na prática, tais reformas impactariam sobretudo nas políticas sociais redistributivas e, portanto, expressariam a forma como se compõe o fundo público<sup>1</sup> e a disputa pelo seu acesso.

Do ponto de vista de sua materialização, o neoliberalismo experimenta duas fases, sobretudo como resultado da dinâmica desigual da mundialização do capital pós-crise, que confluíram resultados econômicos aquém dos desejados por seus ideólogos, gerando constantes crises e as consequentes tensões políticas que inflamaram a luta de classes à níveis potencialmente desestabilizantes.

Na primeira fase, a ofensiva neoliberal tem sua implementação pioneira nas políticas do governo ditatorial de Pinochet (Chile, 1973) e nos governos conservadores de Thatcher (Inglaterra, 1979) e Reagan (Estados Unidos, 1980), na qual apresenta um conteúdo mais ortodoxo ou a fase do seu receituário-ideal, conforme ressalta Castelo (2013).

Marcada por uma série de reformas econômicas e sociais materializadas de modo diverso do ponto de vista espaço-temporal, é marcante deste processo o forte teor antidemocrático de imposição do neoliberalismo, ao utilizar o aparato estatal para inibir as lutas sociais com o uso da violência como potência econômica (CASTELO, 2017), ou seja, ao contrário do que propõe idealmente – a liberdade como princípio central –, com fortes perdas das concessões obtidas pela classe trabalhadora no período do Estado social capitalista e significativa criminalização/repressão da sua organização política e sindical.

O receituário-ideal do neoliberalismo, nesse primeiro momento, tem como principais elementos a agenda macroeconômica proposta pelo Consenso de Washington, após mais de uma década de crise, em 1989, criado para aglutinar as propostas que dariam materialidade à ofensiva neoliberal. Reconhecida como políticas de ajustes ou reformas estruturais, essa agenda é composta, entre outros aspectos, pela:

[...] abertura comercial, desregulamentação dos mercados, privatização de estatais e de serviços públicos, a eliminação da maior parte dos subsídios, garantindo a liberalização dos preços, e a abertura financeira... São pré-condições estruturais que possibilitam o funcionamento da economia de

---

<sup>1</sup> “O fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento, as empresas estatais, a política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras etc. A expressão mais visível do fundo público é o orçamento estatal” (SALVADOR, 2010, p. 607).

mercado, com prudência fiscal, apoiada na iniciativa privada (CARCANHOLO, 2008, p. 146)<sup>1</sup>.

Os ajustes neoliberais, com seu teor altamente regressivo e antissocial, efetivaram um expressivo desmonte do Estado social capitalista materializado nos países de capitalismo central, e induziram a uma maior dependência dos países periféricos – que, não tendo de onde “cortar” gastos, rebaixou a níveis assustadores as condições de vida dos trabalhadores e entregou para o imperialismo as riquezas nacionais ainda existentes.

Ao contrário do tão habituado e caricatural discurso do “Estado mínimo”, a ofensiva neoliberal redimensionou ao máximo a atuação estatal de modo que o mesmo garantisse as “condições gerais” de reprodução do capital em prejuízo dos direitos dos trabalhadores, de modo a recuperar as taxas tendenciais de lucro capitalista nesse contexto caracterizado por Mandel (1982) de capitalismo tardio<sup>2</sup>, quando o mesmo atua diretamente na “administração das crises”. Representa que:

[...] Economicamente falando, essa ‘administração das crises’ inclui todo o arsenal das políticas governamentais anticíclicas, cujo objetivo é evitar, ou pelo menos adiar tanto quanto possível, o retorno de quedas bruscas e catastróficas como a de 1929/32. Socialmente falando, ela envolve esforço permanente para impedir a crise cada vez mais grave das relações de produção capitalistas por meio de um ataque sistemático à consciência de classe do proletariado. Assim o Estado desenvolve uma vasta maquinaria de manipulação ideológica para ‘integrar’ o trabalhador à sociedade capitalista tardia como consumidor, ‘parceiro social’ ou ‘cidadão’ (MANDEL, 1982, p. 340-41).

Por fim, o custo social concretizado pela ofensiva neoliberal, de caráter planetarizado, tornou ainda mais profundo o fosso social: “[...] as contas públicas continuaram deficitárias, as atividades econômicas não foram retomadas, a inflação não foi controlada e os índices de pobreza e desigualdade se deterioraram” (CASTELO, 2008, p. 23).

Desse modo, diante das insatisfações geradas no cenário internacional, a partir da acentuação de manifestações e movimentos antissistêmicos ocasionados pelas nefastas consequências da primeira fase do neoliberalismo e sua agenda de ajustes – como o

---

<sup>1</sup> O autor supracitado argumenta, inclusive, que tais reformas não se deram/dão numa sequência necessária e mecânica, o que importa para compreender que elas não são implementadas exatamente da mesma forma em todos os lugares.

<sup>2</sup> O capitalismo tardio tem como uma de suas características “[...] a suscetibilidade crescente do sistema social a explosivas crises econômicas e políticas que ameaçam diretamente todo o modo de produção capitalista. Em consequência disso, a ‘administração das crises’ é uma função tão vital do Estado na fase tardia do capitalismo quanto sua responsabilidade por um volume enorme de ‘condições gerais de produção’ ou quanto seus esforços para assegurar uma valorização mais rápida do capital excedente” (MANDEL, 1982, p. 340).

aumento do desemprego e do pauperismo, desmonte e contrarreforma dos direitos sociais, alta da inflação e a degradação ambiental –, houve a necessidade de “[...] elaboração e o aperfeiçoamento dos métodos de administração das crises [...] em resposta direta às pressões de uma crise em aprofundamento” (MÉSZÁROS, 2011, p. 696).

O aperfeiçoamento dos métodos de administração da crise comparece objetivamente a partir de meados dos anos 1990, expressa na revisão das reformas impostas pelo Consenso de Washington, e tem incidência sobretudo no enfrentamento às expressões da “questão social” como tentativa de dar prosseguimento aos ajustes sem abalar o consenso social.

Nesse contexto desponta uma nova fase do neoliberalismo, o social-liberalismo (CASTELO, 2013), no qual se evidencia a reconfiguração elaborada para se conceber a “questão social” e as suas formas de enfrentamento na contemporaneidade, como veremos no item a seguir.

### *2.1 A fase social-liberalista: uma “nova pobreza” para o neoliberalismo?*

Diante da incapacidade das propostas neoliberais ortodoxas se efetivarem em plenitude, dada as diferentes realidades nacionais e sua insustentabilidade social, assim como da permanência das taxas de crescimento econômico estagnadas, pôs-se a necessidade de um novo ajuste na direção da estratégia de desenvolvimento econômico – o social-liberalismo –, com uma nova configuração da ação reguladora do Estado.

O social-liberalismo, a segunda fase do neoliberalismo, coloca-se como alternativa para manter a supremacia burguesa em sua fração rentista, que se viu abalada durante a crise conjuntural de 1990, resultante das crises financeiras do México, Tigres Asiáticos, Rússia, Brasil e Argentina, como também das manifestações dos movimentos antissistêmicos ao redor do mundo (CASTELO, 2013). Determinado também por rearranjos ideopolíticos,

O neoliberalismo dos anos 1980-1990 reuniu vários mandatários da denominada Terceira Via, como Tony Blair ou Felipe Gonzalez. Vinham do Keynesianismo do pós-guerra e do reformismo social-democrata, mas assumiram o discurso conformista que proclamou o ocaso da ideologia, a extinção da era industrial e a obsolescência da luta de classes (KATZ, 2016, p.107).

Como um revisionismo do projeto neoliberal, o social-liberalismo elencou como estratégias uma segunda agenda de reformas, diversamente caracterizado como “reforma da reforma”, “Consenso de Washington Ampliado” ou “Pós-Consenso de Washington”, atuando principalmente naquilo que os seus ideólogos apontavam como “falhas” do Consenso. No entanto, como afirma Castelo, por se tratar de uma ofensiva aos ganhos do período do *welfare state*,

[...] tais reformas não se configuram como conquistas da classe trabalhadora como as ocorridas nos 30 Anos Gloriosos, mas como concessões que as classes dominantes fazem sob um invólucro de medidas assistencialistas totalmente desvinculadas das noções de direito, de organização de classe e de luta político-cultural (CASTELO, 2013, p. 242).

Desse modo, os ideólogos<sup>1</sup> do social-liberalismo tecerem, em tese, críticas contra o liberalismo exagerado da globalização, discordariam da tese do Estado mínimo e dariam “[...] destaque à participação dos aparelhos privados da sociedade civil, em comunhão estreita com o Estado, na formulação e implementação de políticas públicas, em especial as de alívio à pobreza via transferência de renda e empoderamento dos indivíduos (CASTELO, 2013, p. 264).

Na prática, “[...] as políticas econômicas e de refuncionalização estatal para a retomada das taxas de lucro com ênfase na financeirização da riqueza” (CASTELO, 2013, p. 264) não são questionadas, debatidas e nem alteradas no social-liberalismo, quando, aliás, são incentivadas, ficando o núcleo central do neoliberalismo imune às críticas e alterações fundamentais para que de fato sejam realizadas mudanças. Como suas ações são voltadas para as fissuras provocadas pelas “falhas de mercado”, de caráter microscópico, as desigualdades estruturais da sociedade capitalista permanecem inalteradas. Neste sentido, Castelo ainda ressalta que:

[...] as classes dominantes promoveram uma ofensiva na direção das bandeiras ideológicas da esquerda, tradicionalmente vinculadas às lutas igualitaristas. *O que antes era um ideal progressista passou a ter significados políticos e culturais conservadores...* A impressão é que todos, da esquerda à direita, dos progressistas aos conservadores, elencam o combate à pobreza como uma das prioridades máximas da humanidade. As fronteiras ideológicas entre as

---

<sup>1</sup> São variados, ativos e passivos, os ideólogos do social-liberalismo. Castelo (2013) – autor que, por meio de suas contribuições, subsidiou as reflexões acerca do social-liberalismo presentes neste artigo - elenca alguns no seu estudo, como Anthony Giddens e o seu debate acerca da terceira via, Alain Touraine e os novos movimentos sociais, Joseph Stiglitz e a nova agenda do desenvolvimento; John Williamson, Dani Rodrik e o pós-Consenso de Washington, Pierre Rosanvallon e a “nova questão social”, que fazem críticas acríicas ou superficiais ao neoliberalismo, pois não atentam para suas causalidades essenciais. Acrescentamos, também, como possibilidade de apreensão desse universo de ideólogos sociais-liberalistas um dos autores objeto de nossa análise: Ulrich Beck.

esquerdas e as direitas, algo sólido no passado, teriam se dissolvido no ar, abrindo espaço para uma política pragmática de resultados imediatos (CASTELO, 2013, p. 248-49; grifos nossos).

Destarte, o social-liberalismo, como uma segunda fase do neoliberalismo, dá as bases para que se configure a ênfase produzida a várias questões antes não incorporadas pelo receituário ideal, agora sintonizadas com a necessidade de se estabelecer consensos sobre as classes pauperizadas.

Lima (2004) afirma que o social-liberalismo se apresenta como uma “crítica” ao socialismo e ao neoliberalismo, a partir da proposta de viabilizar uma "agenda possível", a reforma ou humanização do capitalismo, do pacto social (aliança entre trabalho e capital) ou "concertação nacional" como estratégias para a construção de um novo "contrato social", uma vez que o “contrato” estabelecido no pós-segunda guerra tinha se esgotado.

Na prática, porém, o social-liberalismo resulta no aprofundamento da agenda neoliberal para a periferia do capitalismo conforme as diretrizes dos organismos multilaterais, a exemplo do Banco Mundial, através da diretriz de estabilidade econômica, expressa num conjunto de reformas (previdenciária, tributária, trabalhista, sindical e da política educacional).

Articulado com o discurso da justiça social, concebida como igualdade de oportunidades, a programática do ideário social-liberalista se materializa através da elaboração de políticas de "inclusão social" focalizadas nos segmentos populacionais mais pobres, promovendo um "alívio à pobreza", em que a equidade se torna a palavra de ordem do Banco Mundial na execução de políticas sociais de baixo custo.

Nesse contexto também se observa uma reconfiguração no marco conceitual da “questão social”. Inspirados pelas tendências social-liberalistas de explicação da realidade elas apresentam a “pobreza da Ciência Social da pobreza” (MAURIEL, 2008), pela qual a “questão social” é desvinculada da sua relação constitutiva com a sociedade burguesa e “novidades” são apresentadas para melhor enfrenta-la.

Destacam-se, nas discussões contemporâneas acerca da “questão social”, as elaborações teóricas produzidas pelos conhecidos estudiosos franceses como Robert Castel (1988) numa perspectiva que retoma o ideário social-democrata, ao fundamentar suas análises a partir da noção da sociedade salarial; e Pierre Rosanvallon (1998), que assim como Castel – mas a partir de uma perspectiva mais distanciada da

socialdemocracia – sugere o diagnóstico de que há uma “nova questão social”. Ambos são amplamente discutidos no Brasil.

Há também outras produções que escapam a esta parcela da intelectualidade das ciências sociais, concatenadas muito mais às tendências social-liberalistas. Elaboradas a partir dos anos 1980 e também nos anos 1990, elas carregam aquilo que seria o novo rearranjo teórico da “questão social” em tempos de crise.

Desarticulada da noção de desigualdade social, que historicamente imprimiu sua feição, a “questão social”, é então atribuída ou compreendida como sinônimo de uma série de conceitos que a partir dos anos 1990 e 2000 foram utilizados pelos organismos internacionais e pelas políticas sociais para o seu enfrentamento que:

Agora, pretendendo-se hegemônica, vem desenvolvendo o que denominamos de renovação de sua cultura conservadora no trato da questão social, ao restringir a desigualdade às manifestações da pobreza, construindo outra ‘reforma (aqui concebida como uma contrarreforma social-liberalista)’ – que é menos social e mais moral (MOTA, 2012, p. 36).

A ressemantização dos conceitos para qualificar a pobreza vai da “nova questão social” à “sociedade de risco”, variando pela “exclusão social”, a “desfiliação e a marginalização”, “nova pobreza” e culminando na redução da “questão social” ao fenômeno da pobreza. Estas noções e conceitos delineiam o quadro geral pelo qual tem se limitado o debate contemporâneo da “questão social”, com nítidas consequências regressivas para o universo cultural e para o plano prático das projeções políticas da classe trabalhadora.

A “nova” pobreza, sobretudo conforme as teorizações de meados da década de 1980 do sociólogo alemão Ulrich Beck (2011), estaria para além de um conflito entre as classes sociais desiguais e se relacionaria sobretudo à uma nova modernidade pela qual a sociedade pós-industrial estaria atravessando.

Essa modernidade teria como foco central o risco enfrentado por todos, independentemente de como estão posicionados socialmente, e a disputa política se voltaria para o combate a estes riscos, sobretudo aqueles causados pelo avanço técnico-científico impulsionado pela industrialização, como as desordens da natureza (como os desastres ambientais imprevistos, a poluição da água) ou do terrorismo (a forte capacidade bélica, as armas químicas e biológicas). Para Beck:

É precisamente essa transformação de ameaças civilizacionais à natureza em ameaças sociais, econômicas e políticas sistêmicas que representa o real desafio do presente e do futuro, o que justifica o conceito de sociedade de risco. Enquanto o conceito da sociedade industrial clássica se apoiava na contraposição entre natureza e sociedade (no sentido do século XIX), com o conceito (industrial) de risco parte-se da “natureza” integrada à civilização, ao mesmo tempo em que se acompanha, passando por todos os subsistemas sociais, a metamorfose das violações sofridas (BECK, 2011, p. 99).

Portanto, os indivíduos não mais se uniriam pelos laços de identidade ou de solidariedade vincadas pelo estatuto do trabalho industrial, mas pelo risco social – invisível ou não – pelo qual todo o planeta estaria passando. Dessa forma, a desigualdade social seria individualizada, pois haveria um processo contínuo de “destradicionização” das formas de vida predominantes na sociedade industrial.

A pobreza, nestes termos, seria diferente da outrora vinculada à falta de renda e estaria relacionada à quebra dos arranjos familiares tradicionais que se centrava no casamento monogâmico e a consequente erosão do padrão de vida dos indivíduos que passaram a isoladamente se sustentar num contexto de grande desemprego<sup>1</sup>. A individualização, portanto, não contradiz,

[...] pelo contrário, *explica* a peculiaridade dessa “nova pobreza”. Sob as condições da individualização, as pessoas são sobrecarregadas com o desemprego em massa como se fosse um destino pessoal. Os que são afetados já não o são de modo socialmente visível e coletivo, mas de uma forma *específica de acordo com as fases...* A unidade referencial atingida pelo raio do desemprego e da pobreza já não é o grupo, a classe ou a camada social, mas o *indivíduo de mercado* em suas circunstâncias específicas (BECK, 2011, p. 134; grifos do autor).

A polêmica se torna mais manifesta ao se contatar a utilização, como aponta Martins (2012), das teorias do risco social nos sistemas de proteção social, haja vista que, como a autora indica, tais conceitos se sustentam em elementos que na realidade desconstroem direitos, em vez de protegê-los. Isso acontece por que tal ideologia se baseia numa concepção individualista de proteção contrária aos direitos sociais, associando-se a uma noção pontual da pobreza, pela qual se parte da perspectiva do seu gerenciamento e da redução dos seus danos. Seu resultado seria, portanto, a reiteração da condição de “necessitados” em detrimento da condição de sujeitos de cidadania (MARTINS, 2012).

---

<sup>1</sup> Inclusive chega a ser cômico quando o autor (BECK, 2011, p. 110 e 138) utiliza o exemplo das mulheres divorciadas como símbolo dessa “nova” pobreza contemporânea, haja vista que antes elas estavam “protegidas” socioeconomicamente através do matrimônio, e a partir do aumento dos divórcios as mesmas passariam, segundo ele, a ficar desempregadas (pois não teriam mais quem a sustentassem) e, conseqüentemente, buscariam cada vez mais à assistência social pública.

As mudanças são óbvias, porém, “[...] as principais inflexões das transformações societárias parecem afetar mais diretamente os meios de enfrentamento da ‘questão social’ do que propriamente o conjunto de situações que historicamente a determinaram” (MOTA, 2012, p. 36). Assim, tende-se a recorrer idealmente às concepções focalistas e individualizantes para delimitar sua atual existência, de modo que, na prática, restringe-se os gastos sociais implementando contrarreformas nas políticas sociais e, assim, apropriando-se do fundo público no regime de acumulação via espoliação.

Apesar da heterogeneidade conceitual e programática com que se delinea a discussão contemporânea acerca da “questão social”, constatamos que algumas delas têm ganho mais relevo nas programáticas governamentais e incorporadas na concepção das políticas sociais, e estas, por sua vez, são impulsionadas por determinados sujeitos políticos, como os organismos multilaterais.

### **3. Considerações Finais**

As diversas formas de enfrentamento sobre a “questão social” repousaram, historicamente, a partir de meios coercitivos e consensuais pelos quais tanto a sociedade civil e particularmente o Estado, a partir de um estágio de desenvolvimento capitalista mais maduro, efetivaram como uma das estratégias de validar sociocultural e politicamente as relações sociais burguesas. As formas predominantes de tal enfrentamento, desde o caso de “polícia” a caso de “política”, se sustentaram e se sustentam mediados também por meio de como a própria “questão social” é concebida em determinado momento sócio-histórico.

Desse modo, as formas pelas quais se expressam determinado estágio do desenvolvimento capitalista tem repercutido direta e indiretamente em tais formas de enfrentamento. O neoliberalismo, por sua vez, como uma das estratégias de recomposição do capital em momento de crise estrutural, não apenas se reinventa enquanto ofensiva legitimadora deste contexto a partir de movimentos restauradores, como também direciona hegemonicamente como se deve conceber e enfrentar a “questão social” nesse mesmo contexto.

Assim, a mesma tem como uma de suas concepções – incorporadas pelo ecletismo teórico das postulações neoliberais em sua fase social-liberalista – a noção de que nos

estaria sendo apresentada uma suposta “nova” pobreza, fruto da sociedade de risco na qual estaríamos situados na atual quadra histórica. Tal concepção de sociedade desconsidera as metamorfoses societárias típicas do momento de crise estrutural e a sua dinâmica de produzir, reiteradamente, desigualdades sociais.

As possibilidades de enfrentamento abertas por essa concepção encorpam o coro que legitimam a consolidação de políticas sociais focadas sobretudo numa ótica seletiva e culpabilizatória, pela qual a situação socioeconômica dos sujeitos são encaradas tanto pelas suas potencialidades individuais quanto pelo risco social no qual “todos” – e aí desvanecem-se também as diferenças de classes sociais -, indistintamente, estão propensos a sofrer.

Portanto, o conceito de “risco social” que comparece em algumas políticas sociais – na qual podemos destacar a política de assistência social no Brasil – tem nos seus fundamentos teóricos tais noções que fortalecem a ofensiva neoliberal. Destarte, ela reinventa sob novas bases a velha concepção liberal de enfrentamento individual como também escamoteia suas causas estruturais e, assim, impossibilita que as conquistas civilizatórias resultantes das políticas sociais de cunho universal ganhem terreno, fortalecendo a barbárie social típica do atual estágio de desenvolvimento capitalista.

## Referências

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009. (Coleção Mundo do Trabalho).

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: 34, 2011.

CARCANHOLO, M. D. Neoconservadorismo com Roupage Alternativa: a Nova CEPAL dentro do Consenso de Washington. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 26, n. 49, p. 133-161, 2008.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CASTELO, R. A “questão social” e o social-liberalismo brasileiro: contribuição à crítica da noção do desenvolvimento econômico com equidade. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 8, n.1, p. 21-35, 2008.

\_\_\_\_\_. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília: ANDES-SN, n. 60, p. 58-71, jul. 2017.

CHESNAIS, F. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.11, n. 2, p. 301–308, ago./dez.2012.

KATZ, C. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

LIMA, K. Terceira via ou social-liberalismo: bases para a refundação do projeto burguês de sociabilidade. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília: ANDES-SN, n. 34, p. 11-21, out. 2004.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

MARTINS, A. de C. Risco social: terminologia adequada para a proteção social e garantia de direitos? In: **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 29, p. 85-99, jan./jun. 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2010 [1848].

MAURIEL, A. P. O. **Combate à pobreza e desenvolvimento humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. rev. [versão digital]. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, A. E. Questão Social, Pobreza e Serviço Social: em defesa da perspectiva crítica. In: GOMES, Vera Lúcia Batista; VIEIRA, A. C. de S.; NASCIMENTO, M. A. C. (Orgs.). **O avesso dos direitos: Amazônia e nordeste em questão**. Recife: EDUFPE, 2012.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. (Coleção Pensamento Social Democrata).

SALVADOR, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.